

# De “Je suis Charlie” a “Je suis (...)” – a circulação de uma fórmula e de uma noção de solidariedade coletiva

**Érika de Moraes**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)  
Bauru, São Paulo, Brasil  
erika.moraes@faac.unesp.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v45i3.592>

## Resumo

Juntamente com os atentados terroristas de Paris de 2015, (re)nasce uma fórmula mundial, “Je suis...”. O *slogan* adquiriu sentidos bem amplos, tais como “sou a favor da liberdade de expressão” até o simbólico efeito de sentido em torno da solidariedade coletiva. Visto que nos interessam as questões de autoria, propomos discorrer sobre os caminhos de circulação dessa fórmula (entendidos aqui como produção coletiva), sua expansão e contenção de sentidos. Investigar as condições de produção e circulação do enunciado “Je suis Charlie” e seus derivados, no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso de Tradição Francesa, permite compreender tanto os efeitos de sentido desse “acontecimento discursivo” em particular quanto os efeitos de textualização coletiva característicos dos tempos atuais.

**Palavras-chave:** fórmula discursiva; autoria; produção coletiva; circulação.

## De « Je suis Charlie » à « Je suis (...) » – la circulation d’une formule et d’un sens de solidarité collective

## Résumé

Une formule mondiale (re)naît avec les attentats terroristes de Paris 2015, « Je suis ... ». Le *slogan* a acquis de très larges significations, comme « Je suis en faveur de la liberté d’expression » jusqu’à l’effet de signification symbolique autour de la solidarité collective. En considérant les questions liées au problème de l’auteur et de la paternité, nous proposons de discuter les moyens de circulation de cette formule (entendu ici comme une production collective), son expansion et sa contention de sens. L’enquête sur les conditions de production et de circulation de la déclaration « Je suis Charlie » et de ses dérivés, dans le cadre théorique et méthodologique de l’analyse du discours française, nous permet de comprendre à la fois les effets de sens de cet « événement discursif » d’autant plus que les effets de la textualisation collective caractéristiques de la contemporanéité.

**Mots-clés :** formule discursive; auteur et paternité; production collective; circulation.

## Considerações iniciais

Juntamente com os atentados terroristas em Paris, e a consequente Marcha pela Paz, de janeiro de 2015, (re)nasce uma fórmula mundial, “Je suis...”. Seu despertar teria sido um *tweet* postado no dia 7 de janeiro de 2015, em solidariedade aos profissionais assassinados no atentado, ocorrido naquela data, contra o jornal francês *Charlie Hebdo*, cuja linha editorial segue um tom humorístico. No entanto, não é a sua fonte o que mais

interessa, mas sua compreensão como acontecimento discursivo nas “formas de existência histórica da interdiscursividade” (PÊCHEUX, 2011, p. 156).

A expressão ganhou as ruas e, rapidamente, transformou-se em um *slogan* de solidariedade às vítimas, embora se possa dizer que nem todos que a divulgavam concordavam necessariamente com seu “sentido literal” (“ser Charlie”, num sentido mais imediato, inclui o significado de ser favorável a certo tipo de humor praticado pelo jornal em questão).

É fato que o *slogan* adquiriu sentidos muito mais amplos, tais como: “sou a favor da liberdade de expressão”; “sou contra a violência e o terrorismo” até o simbólico efeito de sentido em torno da solidariedade coletiva. Como defende Maingueneau (2006, 2010), alguns enunciados nascem (e/ou são retomados) com a propensão para serem destacados, como foi o caso dessa fórmula.

Embora a fórmula “Je suis” não se origine no atentado (é uma retomada de enunciado pertencente à memória, à interdiscursividade), a partir dele se atualiza e se potencializa, bem como se intensifica a possibilidade de “auto-completar-se”, o que foi bastante explorado em manifestações: “Je suis Ahmed” (referência ao policial muçulmano morto durante o atentado); “Je suis Nigéria” (em referência a pessoas massacradas naquele país); “Je suis Mohamed” (contestação ao sentido “literal” da frase pelos religiosos pró-Mahomed); “Je suis Kenji” (referência ao jornalista japonês assassinado por organização islamista poucos dias depois do atentado de Paris).

Ao optar pela análise de dados contemporâneos, extraídos de acontecimentos historicamente recentes, concordamos com o ponto de vista de Krieg-Planque (2010, p. 50). Para essa autora, é um equívoco considerar a contemporaneidade como desvantagem para a pesquisa. Afinal, o distanciamento temporal, por si, não garante a ausência de paixão, da mesma forma que a proximidade não impede a distância crítica.

Tendo em vista questões relacionadas à noção de autoria, propomos discorrer sobre caminhos de circulação dessa fórmula (entendidos aqui como produção coletiva), sua expansão e contenção de sentidos. Mostrar que, embora carregue a aparência da unanimidade, ela é imbuída de dispersão. Investigar as condições de produção e circulação do enunciado “Je suis Charlie” e seus derivados, no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso francesa (AD), permite compreender tanto os efeitos de sentido desse “acontecimento discursivo” em particular, quanto os efeitos de textualização coletiva característicos dos tempos atuais, quando as tecnologias midiáticas têm influência decisiva na circulação de discursos. Entende-se, assim, que a produção colaborativa é marca de uma discursividade contemporânea.

### **A noção de fórmula no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso francesa (AD)**

Segundo a concepção da Análise do Discurso francesa (AD), não há linguagem sem discurso, o que implica dizer que toda e qualquer forma de comunicação é atravessada por posicionamentos ideológicos, que são, em maior ou menor grau, conscientes ou inconscientes. Faz parte do comunicar o pertencimento a uma posição discursivo-ideológica que é, ela mesma, a possibilidade da discursividade simultaneamente gerada por ela.

Para Maingueneau (1997, p. 46), “o que é dito e o tom com que é dito são igualmente importantes e inseparáveis”, não havendo hierarquia entre o “conteúdo” e o modo de dizer, uma vez que a eficácia de um discurso (mensurada por sua capacidade de suscitar a crença) está diretamente ligada ao *ethos* que ele constrói e, ao mesmo tempo, sustenta.

Para a AD, o discurso não tem um início e não pode ser limitado ao funcionamento interno do texto, uma vez que está ligado a suas condições de produção, à história, às relações humanas. Como diz Foucault, todo discurso repousa secretamente sobre um já dito, que não é simplesmente uma frase já pronunciada, mas um ‘jamais dito’. Assim, não é preciso, nem possível, “remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância” (FOUCAULT, 1971, p. 21), o que significa debruçar-se sobre as condições de produção que o sustentam, as quais não são estáveis ou homogêneas.

Por essa razão, o discurso deve ser compreendido na sua relação com o interdiscurso, noção indispensável para a concepção de discurso proposta por Pêcheux, para quem “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, [...] é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (PÊCHEUX, 1990, p. 79).

Daí a necessidade de especificar as condições (históricas, sociais, políticas, econômicas...) em que os discursos se apresentam, uma vez que é de acordo com essas condições que eles produzem os efeitos que produzem e alcançam determinados sentidos. São essas condições, também, que impulsionam a emersão de determinadas frases destacadas ou fórmulas discursivas.

A noção de fórmula, conforme proposta por Alice Krieg-Planque (2010), permite entender, no quadro discursivo, que, em uma dada conjuntura, uma dada sequência linguística adquire estabilidade, “porque, a certa altura de sua circulação, acumulam-se relações parafrásticas que delimitam um conjunto saturado de enunciados. E esse conjunto, atualizado em aforizações, configura posicionamentos” (SALGADO, 2011, p. 154). Planque designa a fórmula por “um conjunto de formulações que, pelo fato de serem empregadas em um momento e em um espaço público dados, cristalizam questões políticas e sociais que essas expressões contribuem, ao mesmo tempo, para construir” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 9).

Segundo a proposta de Krieg-Planque (2010), a fórmula se define por algumas características essenciais: ter um caráter cristalizado; inscrever-se numa dimensão discursiva; funcionar como um referente social; comportar uma dimensão polêmica.

Uma das implicações é que a fórmula é uma noção discursiva, e não linguística, já que “não existe sem os usos que a tornam uma fórmula” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 81). Ou seja, “são seus usos na atividade languageira” (SALGADO, 2011, p. 155), e não uma característica prévia, que garantem à fórmula a propriedade de ser compreendida como tal. Num dado momento, numa dada comunidade (que pode ser mais ou menos abrangente), dada sequência material se torna uma passagem obrigatória dos discursos:

Há um aspecto de notoriedade em toda fórmula; ela é, necessariamente, um signo conhecido de todos num dado período, e todos são chamados a assumir alguma posição

em relação ao que está condensado no material linguístico cristalizado, sintetizador de usos, de retomadas. (SALGADO, 2011, p. 155)

Longe de ser consensual, esse signo conhecido de todos assume caráter polêmico e instiga a necessidade de posicionar-se diante dele (ser contra ou a favor, às vezes buscando delimitar nuances entre os posicionamentos). De certo modo, a fórmula constitui-se no embate entre o aparente consenso (negociado, forjado) e um lugar de polêmica, impondo a impossibilidade da indiferença e a necessidade de posicionar-se, fazendo mostrarem-se os lugares de onde vêm os discursos numa certa rede de interdiscursividade.

Maingueneau (2010), ao tratar da aforização (enunciados sem texto), aborda o problema dos “enunciados destacados” que funcionam aparentemente como “enunciados autônomos”. Por um lado, no caso das máximas, provérbios, *slogans*, citações e destaques da imprensa, haveria um “destacamento constitutivo”, por outro, um destacamento por extração de um texto de seu contexto original, o que, quase sempre, acarreta alteração de sentido.

No caso de “Je suis Charlie”, o contexto não é um texto vinculado a um gênero de discurso, mas a uma *hashtag* que, na conjuntura histórica atual, caracterizada pela comunicação fortemente influenciada pelas mídias digitais e, muito especialmente, pelas redes sociais, “nasce” com o potencial do destacamento, ao mesmo tempo em que é correlacionada a todo um quadro histórico-social, envolvendo o atentado terrorista ao semanário francês *Charlie Hebdo* e sua repercussão. Quem a pronuncia (ou a repete, compartilha) responsabiliza-se por sua “aforização”: assume-a como “dizer puro” quase uma consciência (MAINGUENEAU, 2010, p. 14), investindo-se do “*ethos* do locutor que está no alto, do indivíduo autorizado” (Ibid.), como uma fonte transcendente.

É necessário, portanto, compreender tal frase para além de um “contexto situacional”, mas em um momento histórico específico, caracterizado tanto pela questão do terrorismo e da intolerância, quanto da comunicação mediatizada por tecnologias e pela interação por redes sociais.

Nesse momento histórico, ao mesmo tempo em que eclodem os movimentos terroristas e de intolerância (seja por meio de atos racistas, xenofóbicos, preconceituosos ou de atentados terroristas, como foi o caso de *Charlie Hebdo*), emergem também as manifestações de apoio àqueles que são vitimizados. As tecnologias digitais têm papel fundamental para que tais acontecimentos adquiram visibilidade abrangente e instantânea.

## **Da emergência de uma fórmula**

A fórmula “Je suis”/“Eu sou” não nasceu exatamente com os atentados de 2015 – foi utilizada, nos anos 1970, pelo movimento hippie e outros movimentos pacifistas, bem como, nos anos 1980, durante as chamadas grandes greves, muitos cartazes traziam, em São Paulo, os dizeres “Eu sou Lula” ou “Somos todos Lula”. É, porém, da emergência do enunciado “Je suis Charlie”, a partir do atentado de 7 de janeiro de 2015 ao jornal francês *Charlie Hebdo*, que trataremos, considerando esse momento como um marco de expansão dessa fórmula, compreendida como retomada do interdiscurso de uma memória social e reconfigurada como acontecimento.

A partir dessa emergência, a expressão potencializa a cristalização de sentidos, ao mesmo tempo em que esses sentidos se multiplicam. Todas as pessoas, em qualquer parte do mundo, passaram a conhecer o sentido literal da conjugação do verbo *Être* (ser/estar), em francês, na primeira pessoa do presente do indicativo, bem como seus inúmeros sentidos ampliados e metafóricos: ser contra a violência, contra o terrorismo, a favor da solidariedade.

A *hashtag* #JeSuisCharlie ganhou as redes sociais e, rapidamente, espalhou-se pela Internet e pelas ruas europeias, atingindo os meios de comunicação de massa tradicionais, especialmente a televisão. O próprio jornal *Charlie Hebdo* estampou a frase em sua capa e a traduziu em sete idiomas, além de essa ser adotada por outros grandes jornais franceses, como *Le monde* e *Figaro*, em geral destacada em letras brancas sobre um fundo preto, em sinal de luto. Nas oito horas seguintes ao atentado, a *hashtag* foi utilizada mais de 570 mil vezes no Twitter, inclusive por celebridades, e até mesmo a Embaixada dos Estados Unidos na França trocou a foto de sua conta na rede social pela imagem preta com a frase em francês<sup>1</sup>. Como a premiação do Globo de Ouro aconteceria logo em seguida, em 11 de janeiro, atores como George Clooney a pronunciaram enquanto recebiam a homenagem.

Sua circulação, num primeiro momento, parecia ganhar um sentido consensual correlato a uma noção de solidariedade, no entanto, logo ultrapassou o aparente consenso e se pôs como polêmica na arena pública, com diversas ocorrências contestatórias como “(pourquoi) je ne suis pas Charlie”. Tais contestações se respaldavam, em boa medida, no sentido literal atrelado a certa concepção de humor praticada pelo semanário *Charlie Hebdo*: um veículo que não poupa de suas ironias ácidas e debochadas personalidades políticas, religiosas ou de qualquer estatuto. Além disso, mostrava que, mesmo entre aqueles que empunhavam o cartaz “Je suis”, havia muito mais do que consenso e unidade de sentido, uma vez que a própria compreensão interdiscursiva do sentido impede a crença em uma noção unânime e literal, correlata a uma concepção unívoca, não imbuída de ideologias diversas e até mesmo conflitantes.

Como sublinha Krieg-Planque (2010, p. 42), “utilizar a fórmula não significa que alguém se acomode a ela: esse uso significa que a fórmula se tornou uma passagem obrigatória”. Assim, a fórmula circula de uma formação discursiva a outra, de um posicionamento a outro, afinal, é de acordo com as condições de produção e os lugares ideológicos dos quais se expressam os sujeitos (por sua vez, constituídos como sujeitos por meio do próprio discurso) que os sentidos se constroem. “A fórmula circula com o apoio de certos usos que lhe dão um caráter conflituoso ou problemático, e com o apoio de acontecimentos ou de outros discursos que motivam sua utilização, que dão razões aos locutores para recorrerem a ela de uma maneira ou de outra” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 43).

Diversos articulistas retomam a fórmula ao tratarem do assunto e, neste trabalho, discutiremos brevemente apenas dois textos. Um deles<sup>2</sup> ficou bastante famoso após ser republicado no *blog* de Leonard Boff, que atribuiu a autoria, equivocadamente, a um

---

<sup>1</sup> Fonte: “Je suis Charlie” vira frase símbolo de ataque a jornal em Paris, *Folha de São Paulo*, 07/01/2015. Disponível em: <<http://folha.com/no1571762>>.

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2015/01/10/eu-nao-sou-charlie-je-ne-suis-pas-charlie/>>. Publicado em 10/01/15. Acesso em: jun. 2015.

teólogo e historiador, enquanto o texto havia sido originalmente publicado por El Rafo Saldaña no *blog* “Em tom de mimimi”<sup>3</sup>. O texto inicia-se com os seguintes dizeres:

Eu condeno os atentados em Paris, condeno todos os atentados e toda a violência, apesar de muitas vezes xingar e esbravejar no meio de discussões, sou da paz e me esforço para ter auto controle sobre minhas emoções.

Logo em seguida, o texto demarca sua posição em relação a “não ser Charlie”:

Alguns chamam os cartunistas mortos de “heróis” ou de os “gigantes do humor politicamente incorreto”, outros muitos os chamam de “mártires da liberdade de expressão”. [...] As charges polêmicas do Charlie Hebdo, como os comentários políticos de colunistas da Veja, são de péssimo gosto, mas isso não está em questão. O fato é que elas são perigosas, criminosas até, por dois motivos.

Ao expor os dois motivos, o autor inclui a intolerância em relação à religião muçulmana, para a qual o profeta Maomé não deve ser retratado de forma alguma, e faz um paralelo: seria como um pastor evangélico chutar a Nossa Senhora. O segundo motivo apontado seria a maneira assumidamente ofensiva com que o jornal fazia essa representação e, ao caracterizar os adeptos do Islã com suas roupas típicas, construía uma generalização que associava o terrorismo à cultura muçulmana em si.

Assim, o texto busca argumentar que a adesão à frase “Je suis Charlie” carrega o perigo de confundir-se com um discurso xenofobista contra muçulmanos de maneira geral. Então, posiciona-se: “Por isso tudo, apesar de lamentar e repudiar o ato bárbaro do atentado, eu não sou Charlie. Je ne suis pas Charlie”. Dado seu caráter polêmico, tal texto foi comentado e contestado por outros, quase sempre fazendo parecer que existem apenas dois lados: ser Charlie e contrário ao terrorismo; ou ser a favor dos muçulmanos em geral e justificar os atos terroristas como resposta à ofensa.

Outro articulista, Jonathas Carvalho, discorre sobre o assunto no texto *Para além do “Je suis Charlie” e do “Je ne suis pas Charlie”*<sup>4</sup>, no site Pragmatismo Político. Considera o articulista: “A complexidade do fato demanda um olhar pluricontextualista (observação das diversas possibilidades e responsabilidades do fato) a fim de que as inferências sejam mais consistentes e contextualizadas com a realidade e não apenas com nossas crenças”.

O autor desse texto toca em questões sensíveis, como a necessidade de regulamentação da mídia (que, segundo entende, não seria sinônimo de censura) e a de que um tipo de violência não exclui o outro:

Charlie Hebdo é um representante expressivo de que a falta de isenção, a conduta tendenciosa apenas impacta de forma negativa a relevância informacional da mídia, pois

---

<sup>3</sup> Investigando a autoria original desse texto, encontramos a postagem de El Rafo Saldaña, do *blog* “Em tom de mimimi”. O texto foi publicado originalmente em 08/01/2015 no seguinte link: <<http://emtondemimimi.blogspot.com.br/2015/01/je-ne-suis-pas-charlie.html/>>. O autor trata, ainda, da “confusão ocorrida”: <<http://emtondemimimi.blogspot.com.br/2015/01/confusao.html>>. Resgatada a autoria, o *blog* de Leonardo Boff publicou uma retratação.

<sup>4</sup> O autor, Jonathas Carvalho, é professor da Universidade Federal do Cariri (UFCA), doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e colaborou para Pragmatismo Político. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/01/para-alem-je-suis-charlie-e-je-ne-suis-pas-charlie.html>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

a intolerância religiosa do Islã não justifica a intolerância antirreligiosa de Charlie Hebdo havendo formas mais sadias de se fazer a crítica. E a intolerância antirreligiosa de Charlie Hebdo não justifica a intolerância dos adeptos do Islã porque não é moralmente justo pagar com a vida um ato de crítica ácida e desdenhosa.

Conclui:

Portanto, posso dizer que “*Je ne suis pas Charlie*”, com o discurso simultâneo de condenar qualquer ataque terrorista. Mas, acima de tudo, é preciso superar a ideia de se posicionar simplesmente no afirmar (Eu sou Charlie) e negar (Eu não sou Charlie), pois o que está em jogo não são simples percepções ideológicas, mas o futuro da humanidade. Neste ponto, posso afirmar, para além do “*Je suis Charlie*” e “*Je ne suis pas Charlie*” que “*Je suis en faveur d’une culture de tolerance*” (Eu sou a favor de uma cultura de tolerância), visto que qualquer afirmação, diante de uma tragédia, só tem sentido plural e coletivo quando pautada no respeito às diferenças, bem como na superação do ódio/intolerância do fundamentalismo e ateísmo exacerbados.

Enquanto “Je suis Charlie” ganha as ruas, o que se percebe são algumas tentativas de mostrar que as posições não são tão estanques assim: *Je suis* ou *Je ne suis pas*. No entanto, nas circulações massivas, predominam as generalizações e sempre se pode parecer que quem não está de um lado está necessariamente do outro. Da mesma maneira, quem empunhou o cartaz ou trocou a sua foto de perfil nas mídias sociais pela moldura preta com os dizeres buscou, muitas vezes, ressaltar que, ainda que se trate de uma “onda” ou de um “enunciado redutor”, gostaria de expressar uma posição em favor da não violência, da tolerância, compreendendo, assim, uma noção de solidariedade coletiva.

Dessa forma, a expressão “Je suis...” destacou-se do acontecimento particular e derivou uma conotação de solidariedade em sua memória, em sua interdiscursividade, ecoando em outros acontecimentos. Um de seus deslocamentos, por exemplo, de “eu sou” para “Somos todos”, pode ser observado na expressão atrelada à *hashtag* #SomosTodosMaju, que entrou nos *Trending Topics* (postagens mais vistas e comentadas) a partir de cartaz empunhado pelos apresentadores da Rede Globo, William Bonner e Renata Vasconcelos, em apoio à também apresentadora Maria Julia Coutinho, alvo de xingamentos racistas em redes sociais na semana de 3/7/2015. Tais emergências são características de uma contemporaneidade marcada pelas manifestações que ganham visibilidade por meio da Internet e, especialmente, das redes sociais. Essa peculiaridade permite que até mesmo uma manifestação individual (postada na *web*) adquira repercussão massiva.

Remetendo à análise de Pêcheux (1997) sobre o enunciado “On a gagné”, em sua emergência no dia 10 de maio de 1981, em Paris, quando François Mitterrand é eleito Presidente da França, observamos que também o enunciado “Je suis Charlie” tornou-se “repetido sem fim como um eco inesgotável, apegado ao acontecimento” (PÊCHEUX, 1997, p. 21). Hoje, porém, além de um grito nas praças públicas, torna-se um enunciado mundialmente propagado pelos meios digitais. E, embora “apegado ao acontecimento”, um enunciado que o extrapola.

## A autoria em tempos digitais

Em Moraes (2012), discorremos a respeito da necessária problematização da noção de autoria em tempos de mídias digitais. Ressaltamos, entre outras questões, o quanto os deveres podem ser mais evidentes que os direitos no que se refere à autoria no ciberespaço, especialmente em redes sociais, uma vez que uma pessoa pode ser demitida do emprego ou mesmo processada juridicamente por uma “publicação infeliz”, embora raramente se obtenha o reconhecimento por uma contribuição social e/ou esteticamente relevante. Consideradas as especificidades, a circulação digital, muito especialmente por meio das mídias sociais, implica novas nuances para a concepção de autoria.

Maingueneau (2010, p. 30) problematiza a noção de autor por meio de três dimensões: a primeira é a do autor-responsável, que é a dimensão mais evidente, “instância de estatuto historicamente variável que responde por um texto”. Nessa instância, o autor “não é nem o enunciador, correlato do texto, nem o produtor de carne e osso, dotado de um estado civil”. Essa dimensão não tem caráter literário já que, nesse sentido, “‘ser o autor de um texto’ vale para qualquer gênero de discurso” (Ibid.).

A segunda é a do autor-ator, que, “organizando sua existência em torno da atividade de produção de textos, deve gerir uma trajetória, uma carreira” (Ibid.). Mesmo assim, não se trata necessariamente de uma profissão: alguém pode ser engenheiro ou médico e, paralelamente, publicar livros de crônicas ou de poesias. O estatuto dessa dimensão de autoria varia conforme as conjunturas históricas, inclusive, ainda segundo Maingueneau, interferindo nas palavras que concorrem com o termo autor: escritor, homem de letras, literato, artista, intelectual etc.

A terceira é a que chama de auctor (para diferenciar do termo autor, ampliando sua conotação), que implicaria um estatuto de “autoria plena”, estágio dependente de um reconhecimento por terceiros, por meio do qual os textos de um determinado autor-auctor seriam compreendidos como unidade, não mais como trechos dispersos: “Se todo texto implica por natureza um ‘responsável’, apenas um número muito restrito de indivíduos atinge o estatuto de ‘auctor’. Basta para isso que se possa associá-los a uma ‘obra’, digamos a um *Opus*” (MAINGUENEAU, 2010, p. 30).

Por essas definições, problematiza-se que não basta ser o autor responsável por um enunciado, tampouco dedicar-se à produção de textos, para que se constitua a identidade de autor pleno, que Maingueneau denomina de auctor. No exemplo da Internet, não basta, por exemplo, publicar uma postagem no Twitter ou expressar uma ideia, tampouco ser dono de um *blog*. De modo complementar, observamos que determinados perfis de Twitter, por exemplo, podem assumir características de obra, guardadas as devidas proporções. É o caso por nós estudado do perfil brasileiro “O criador – Deus” (Cf. MORAES, 2012). A principal característica dos *twetts* desse perfil é o humor, um traço que contribui para o efeito de unidade, fazendo com que as postagens desse perfil não se caracterizem como meros comentários dispersos, mas assumam características de uma obra. Geralmente, o humor é ácido e, na maioria das vezes, brinca com um jogo de palavras, como no exemplo: “Todo pagodeiro deveria se tornar evangélico, afinal tocam pagod”, em que “pagod” faz um jogo entre “pagode” (ritmo musical) e “para God” (para Deus).



A contemporaneidade, fortemente marcada pela comunicação digital e interação em redes sociais, implica, portanto, novos problemas em relação à circulação de discursos e à noção de autoria: “há uma configuração ideológica e inconsciente do dizer que faz com que a autoria seja o resultado da ação textual em conjunto à automação textual” (MELO, 2014, p. 325), considerada a ação textual como aquela que envolve as pessoas que compartilham textos e desenvolvem uma série de outras ações (curtem, comentam, redirecionam...) e a automação textual como aquela que implica a existência de “ações que estão apenas parcialmente sob o controle dos usuários, mas que eles pensam que controlam” (Ibid.).

Conforme Possenti (2010), a autoria tem relação com estilo e com certa singularidade. Dada a raridade da autoria plena, Possenti trata dos indícios de autoria, constatando que esses são da ordem do discurso, não do texto ou da gramática. Na sociedade digital, os fatores relacionados aos novos suportes tecnológicos (incluindo os aspectos aqui mencionados: ação textual; automação textual, interação) fazem constituir mais “efeitos de autoria” do que propriamente um novo discurso (MELO, 2014, p. 327).

A presença de um sempre-já-dito, anteriormente, alhures, constitutiva do discurso, a um só tempo se evidencia e se camufla na circulação dos textos digitais: há a ilusão de assumir uma (nova) posição que, em realidade, é anterior a quem segura o cartaz físico ou virtual: *je suis* ou *je ne suis pas* são lugares que se retomam, antes, independentemente. Mesmo as nuances e ponderações em torno desses posicionamentos estancos retomam posicionamentos que, inevitavelmente, não nascem nos sujeitos: as pessoas se associam a discursos para marcar sua posição no momento histórico-social e até essas posições são condicionadas a fatores diversos.

Uma vez que a Análise do Discurso é uma disciplina que propõe a reflexão constante, e que o suporte tem interferência direta na constituição dos sentidos, podemos considerar que o efeito de solidariedade emergido por meio da expressão “Je suis...” é consequente tanto de uma dada conjuntura histórico-social quanto da influência da chamada sociedade digital na propagação de mobilizações e causas coletivas. É necessário, portanto, pensar os efeitos de constituição de sentidos considerando-se a influência das tecnologias digitais, o que, mais do que meramente atualizar a compreensão interdiscursiva da constituição dos sentidos, reforça a pertinência desse quadro teórico-metodológico ao vincular linguagem e história.

## **Considerações finais**

Se, num primeiro momento, a circulação da fórmula “Je suis Charlie” carregou a aparência do consenso, ao menos como efeito, logo a polêmica em torno dela começou a emergir, pontuada por articulistas ou cidadãos comuns que se manifestam pelas redes sociais. Rapidamente, a expressão “Je suis Charlie”, como ideário da solidariedade às vítimas do atentado de 7 de Janeiro de 2015, passou a ser questionada por aqueles que a consideravam contrária à cultura muçulmana e, portanto, não solidária em relação a diversos cidadãos pertencentes a uma fé e a uma cultura genericamente associada ao terrorismo.

Apesar das diversas nuances, empunhar o cartaz “Je suis Charlie” pode ter significado uma mensagem de não indiferença em relação ao acontecimento e, nesse sentido, uma noção de “solidariedade coletiva”. É inegável que a expressão “Je suis

Charlie” foi a força motora que trouxe visibilidade às variadas formas de completar o enunciado Je suis...: “Je suis Nigeria”; “Je suis Kenji” entre outros. Mesmo quando era ressaltado o sentido de contestação, como em “Je suis Mohamed” (uma forma marcante de contestar o posicionamento do jornal *Charlie Hebdo*), o caráter de união por algum ideal se fazia presente.

Efeito semelhante, guardadas as devidas proporções, ocorreu com a proliferação, no Facebook, da foto de perfil colorida em manifestação favorável à legalização do casamento homossexual nos Estados Unidos em 27/06/2015. O recurso de colorir a foto foi oferecido pela rede social e logo aderido por grande parte de seus membros. Algumas pessoas criticaram, nas próprias redes, o fato de outras causas, como a da fome na África, não ganharem a mesma adesão e visibilidade que a da homossexualidade; outras, ainda, apontaram certos nuances, como o conservadorismo arraigado à instituição do casamento e, portanto, certa incompatibilidade com os ares contemporâneos da aceitação ao casamento gay. Muitos, por sua vez, posicionaram-se a favor de uma corrente coletiva (concretamente, colorindo os seus perfis), demarcando tal atitude não como uma adesão completa ao modelo do casamento ou ao norte-americano, mas como solidariedade a uma comunidade, a homossexual, vítima de preconceito. É a respeito dessa “solidariedade coletiva” que a comparação se faz possível.

Tais movimentos discursivos ressaltam os efeitos de textualização coletiva característicos da contemporaneidade, quando as tecnologias midiáticas têm influência decisiva na circulação de discursos. Se a dispersão de sentido é uma característica inerente à linguagem, essa dispersão se intensifica nesses tempos de comunicação digital. A produção de sentido se revela primordialmente colaborativa: não se trata mais do discurso nascido em um sujeito, nem mesmo como ilusão, mas da adesão, razoavelmente consciente (é certo, às vezes por “moda” ou até mesmo pelo *status* de fazer parte de um coletivo), a um discurso, a um posicionamento. Dessa maneira, tais acontecimentos põem em evidência a concepção (anterior a eles) interdiscursiva de linguagem, segundo a qual discursos não são concebidos nos sujeitos, mas retomados, aderidos por sujeitos.

Em relação à noção de autoria, a proliferação da fórmula “Je suis Charlie” mostra que já não é mais tão pertinente relatar quem a tenha manifestado pela primeira vez, dado que sua força é constituída pelo caráter coletivo. Sinal disso é que, provavelmente, a maioria das pessoas que a propagaram, ou mesmo trocaram suas fotos de perfil em mídia social pelos dizeres, desconhece a “assinatura” da postagem inicial no Twitter do enunciado “Je suis Charlie”.

## REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, M. Sobre a arqueologia das ciências; resposta ao Círculo Epistemológico. In: Foucault e outros. *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 1971[1968]. p. 9-55.
- KRIEG-PLANQUE, A. *A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. Tradução de Luciana Salgado e Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2010. 143 p.

MAINGUENEAU, D. *Doze conceitos em Análise do Discurso*. São Paulo: Editora Parábola, 2010. 208 p.

\_\_\_\_\_. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes/ Editora da UNICAMP, 1997[1987]. 198 p.

\_\_\_\_\_. *Cenas da Enunciação*. Tradução de Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. Curitiba: Criar Edições, 2006. 182 p.

MELO, L. B. Quando o gigante acorda, vai pra rua e sai do Facebook: frases em movimento. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, 56 (2), p. 311-330, jul./dez. 2014.

MORAES, É de. Mídias Sociais, Identidade e Autoria. *Revista Estudos Linguísticos*, São Paulo, v.41, p. 936-947, 2012.

PÊCHEUX, M. Metáfora e Interdiscurso. In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso*. Textos escolhidos por Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 151-162.

\_\_\_\_\_. *Estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni. P. Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997[1983]. 70 p.

\_\_\_\_\_. Análise automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990[1969]. p. 61-162.

POSSENTI, S. *Questões para Analistas do Discurso*. São Paulo: Parábola, 2010. 184 p.

SALGADO, L. A leitura como um bem: slogans e consenso. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Editora Contexto, 2011. p. 151-162.

**Recebido em:** 11/09/2015

**Aprovado em:** 11/12/2015